

POLÍTICA DE PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Publicada em agosto de 2021

Atualizada em: 12 de maio de 2026

Versão 1.5

Esta **POLÍTICA DE PRIVACIDADE** descreve de forma transparente e detalhada como a **Instituição Beneficente Coronel Massot - IBCM** uma pessoa jurídica de direito privado definida por seu estatuto como uma associação sem fins lucrativos, inscrita no **CNPJ sob o nº 92.827.666/0001-36**, com sede na Rua Barão do Triunfo, nº 175, bairro Menino Deus, Porto Alegre/RS, CEP 90130-101, **coleta, utiliza, armazena, compartilha e protege os dados pessoais** em todas as suas **atividades operacionais, administrativas e assistenciais**. Este documento foi elaborado em estrita conformidade com a **Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018 - LGPD)**, reafirmando nosso compromisso com o princípio da transparência e o respeito à autodeterminação informativa de todos os titulares de dados.

1. QUEM SOMOS

Somos uma instituição integrada que atua como **Operadora de Planos Ambulatoriais de Saúde, Prestadora de Serviços Próprios de Saúde, Empregadora e Contratante de Serviços**. Em razão dessa natureza híbrida, atuamos como **Controladora de Dados Pessoais** ao gerir os contratos de planos de saúde e as relações de trabalho, e também, ao realizar o cuidado direto ao paciente e como **Operadora** ao processar dados sob comando de parceiros. Nossa missão é garantir a excelência no atendimento à saúde, assegurando que o tratamento de dados pessoais seja um pilar de confiança em nossa relação com beneficiários, pacientes e colaboradores.

2. O QUE É A LGPD

A **Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018)** é a legislação brasileira que estabelece regras sobre a coleta, o armazenamento, o tratamento e o compartilhamento de dados pessoais, tanto em meios físicos quanto digitais. O objetivo principal da **LGPD** é proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade, além do livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, garantindo que o titular tenha controle sobre suas próprias informações e que as organizações tratem esses dados com responsabilidade e finalidades legítimas.

3. O QUE SÃO DADOS PESSOAIS E DADOS SENSÍVEIS

Para fins desta Política, adotamos as definições legais estabelecidas pela legislação vigente:

- a) **Dados Pessoais:** Qualquer informação relacionada a uma pessoa natural identificada ou identificável. Exemplos incluem: nome, CPF, RG, endereço residencial, e-mail, número de telefone e endereço IP.
- b) **Dados Pessoais Sensíveis:** Dados que, por sua natureza, exigem uma proteção ainda mais rigorosa, pois podem gerar discriminação. Exemplos incluem: origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato, dados biométricos e, crucialmente para nossa atividade, **dados referentes à saúde ou à vida sexual**, bem como dados genéticos.

4. A QUEM SE DESTINA ESTA POLÍTICA

Esta Política aplica-se a todos os indivíduos que possuem seus dados tratados por nossa organização, incluindo, mas não se limitando a:

- a) **Beneficiários:** Titulares e dependentes dos planos de saúde administrados.
- b) **Usuários dos Serviços Próprios:** Pacientes atendidos em nossas clínicas e laboratórios.
- c) **Acompanhantes:** Pessoas que acompanham pacientes em nossas unidades assistenciais.
- d) **Funcionários e Colaboradores:** Profissionais com vínculo empregatício, estagiários e prestadores de serviço internos.
- e) **Candidatos a Vagas:** Indivíduos que participam de nossos processos seletivos.
- f) **Leads:** Pessoas que preenchem formulários em nosso site ou canais digitais solicitando informações.
- g) **Prestadores de Serviços:** Profissionais credenciados e parceiros de negócios.

5. NOSSO COMPROMISSO

Nossa governança de dados está pautada nos seguintes princípios:

- a) **Transparência:** Informar claramente sobre o que fazemos com os dados.
- b) **Segurança:** Implementar as melhores práticas técnicas para evitar acessos não autorizados.
- c) **Conformidade Legal:** Atuar dentro dos limites da LGPD e normas setoriais.
- d) **Não Comercialização:** Jamais vender ou comercializar dados pessoais para terceiros.
- e) **Minimização:** Coletar apenas o estritamente necessário para cada finalidade.

6. SEUS DIREITOS COMO TITULAR

Em conformidade com o *Art. 18 da LGPD*, garantimos aos titulares os seguintes direitos, que podem ser exercidos mediante requisição ao nosso Encarregado de Dados:

- a) Confirmação da existência de tratamento de seus dados em nossos sistemas;
- b) Acesso aos dados pessoais que mantemos sob nossa custódia;
- c) Correção de dados que estejam incompletos, inexatos ou desatualizados;
- d) Anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários ou excessivos;
- e) Portabilidade dos dados a outro fornecedor, observados os segredos comercial e industrial;
- f) Eliminação dos dados pessoais tratados com o consentimento, ressalvadas as hipóteses de guarda legal;
- g) Informação sobre as entidades públicas e privadas com as quais realizamos uso compartilhado de dados;
- h) Informação sobre a possibilidade de não fornecer consentimento e as consequências da negativa;
- i) Revogação do consentimento a qualquer momento, de forma fácil e gratuita.

7. QUE INFORMAÇÕES COLETAMOS E POR QUÊ

O tratamento de dados em nossa instituição é segmentado para garantir que cada informação tenha uma finalidade específica e uma base legal adequada:

CATEGORIA DE TITULAR	FINALIDADE	CATEGORIAS DE DADOS	BASE LEGAL (LGPD)
Beneficiários dos Planos de Saúde	Gestão do plano, adesão, autorização de procedimentos, guias TISS, faturamento, auditoria, cobrança e reembolso.	Identificação (Nome, CPF, RG, Nascimento); Contato (Endereço, E-mail); Dados do Plano; Financeiros; Saúde Sensíveis (CID, exames, prontuário).	Execução de Contrato (Art. 7º, V); Obrigação Legal - ANS (Art. 7º, II); Exercício regular de direitos, inclusive em contrato (Art. 11, II, "d"); Tutela da Saúde (Art. 11, II, "a").
Usuários dos Serviços Próprios (Pacientes)	Prestação de serviços assistenciais, atendimento médico, atendimento em sessões, exames e registro em prontuário.	Identificação; Contato; Saúde Sensíveis (Prontuário eletrônico, histórico clínico, evolução médica); Dados de acompanhantes.	Tutela da Saúde (Art. 11, II, "a"); Execução de Contrato (Art. 7º, V); Obrigação Legal - CFM (Art. 7º, II).
Acompanhantes de Pacientes	Identificação, controle de acesso às unidades e comunicação em casos de emergência.	Nome completo, CPF, parentesco, telefone e e-mail.	Proteção da Vida (Art. 7º, IV) e Tutela da Saúde (Art. 11, II, "a").
Funcionários e Colaboradores	Gestão de RH, folha de pagamento, benefícios, medicina ocupacional e controle de ponto.	Identificação (CTPS, PIS); Contato; Financeiros; Saúde Ocupacional (ASO, atestados); Biometria; Dados sindicais.	Execução de Contrato (Art. 7º, V); Obrigação Legal - CLT (Art. 7º, II); Tutela da Saúde (Art. 11, II, "a").
Usuários do Site (Leads)	Atendimento a solicitações de informações, orçamentos e comunicações de marketing.	Nome, e-mail, telefone, estado, plano de interesse e dados de navegação (IP, cookies).	Consentimento (Art. 7º, I) e Legítimo Interesse (Art. 7º, IX).
Prestadores de Serviços	Credenciamento, gestão de contratos, auditoria de contas e pagamentos.	Identificação (CNPJ/CPF); Profissionais (CRM, CNES); Dados financeiros; bancários; dados de faturamento.	Execução de Contrato (Art. 7º, V); Cumprimento de Obrigação Legal (Art. 7º, II); Exercício regular de direitos, inclusive em contrato (Art. 11, II, "d").

8. FORMAS DE COLETA

Os dados são coletados através de três canais principais:

- a) **Fornecimento Direto:** Quando o titular preenche formulários, assina contrato de adesão ou informa os dados durante um atendimento.
- b) **Coleta Automática:** Através de cookies e logs de acesso quando o usuário navega em nosso site ou utiliza nosso aplicativo.
- c) **Compartilhamento por Terceiros:** Recebimento de dados de prestadores credenciados para fins de faturamento ou informações recebidas do SUS ou então enviadas pela ANS.

9. DADOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

O tratamento de dados pessoais de crianças e adolescentes realizado pela **IBCM** ocorre em estrita observância ao **Art. 14 da LGPD**, que estabelece que o tratamento deve ser realizado em seu melhor interesse.

A **IBCM** coleta dados de crianças e adolescentes exclusivamente nas seguintes situações:

- a) Como **dependentes de beneficiários** titulares dos planos de saúde, para fins de cadastro e assistência à saúde;
- b) Como **pacientes dos serviços próprios**, quando atendidos em nossas unidades assistenciais;
- c) Em **campanhas de vacinação e programas de saúde** voltados a este público.

A **IBCM** não coleta dados de crianças e adolescentes para finalidades de marketing ou comerciais, nem compartilha tais dados com terceiros para estas finalidades.

10. COMPARTILHAMENTO DE DADOS

O compartilhamento de dados ocorre apenas quando estritamente necessário para a operação, sendo realizado com:

- a) **Prestadores Credenciados:** Hospitais, clínicas, laboratórios externos para viabilizar o atendimento ao beneficiário.
- b) **Órgãos Reguladores:** ANS, ANPD e Vigilância Sanitária, para cumprimento de obrigações legais.
- c) **Autoridades Judiciais:** Mediante ordem judicial ou requisição legal.
- d) **Parceiros de Tecnologia:** Empresas de armazenamento em nuvem e suporte a sistemas de gestão (ERP, CRM, apps).
- e) **Corretores Autorizados:** Para a gestão comercial de propostas de planos de saúde.

11. TRANSFERÊNCIA INTERNACIONAL DE DADOS

Alguns de nossos provedores de serviços de tecnologia (como armazenamento em nuvem) podem estar localizados fora do território nacional. Nestes casos, asseguramos que a transferência ocorra apenas para países que possuam legislação de proteção de dados compatível com a LGPD ou mediante cláusulas contratuais específicas que garantam o mesmo nível de proteção exigido no Brasil.

12. COOKIES E TECNOLOGIAS DE RASTREAMENTO

Utilizamos cookies em nosso site para melhorar a experiência do usuário, analisar o tráfego e personalizar conteúdos. O usuário pode, a qualquer momento, gerenciar suas preferências de cookies através das configurações de seu navegador ou do banner de consentimento disponível em nossa página inicial.

13. PRAZO DE RETENÇÃO DOS DADOS

Mantemos os dados pessoais pelo tempo necessário para cumprir as finalidades para as quais foram coletados ou para cumprir obrigações legais:

CATEGORIA DE DADOS	PRAZO DE RETENÇÃO	FUNDAMENTO LEGAL
Prontuário do paciente (serviços próprios)	Mínimo de 20 anos	Resolução CFM nº 1.821/2007
Guias TISS e dados contratuais do plano	Mínimo de 5 anos	Normativas da ANS
Dados trabalhistas e previdenciários	5 a 30 anos (conforme o dado)	CLT e Legislação Previdenciária
Logs de acesso a sistemas	Mínimo de 6 meses	Art. 15 do Marco Civil da Internet
Dados de leads (não convertidos)	Até exclusão ou 12 meses de inatividade	Legítimo Interesse
Dados tratados com consentimento	Até a revogação	Art. 15 da LGPD

14. SEGURANÇA DOS DADOS

Adotamos medidas técnicas e administrativas robustas para proteger seus dados:

- Criptografia:** Uso de padrões para dados em repouso e para dados em trânsito.
- Controle de Acesso:** Implementação de RBAC (Acesso Baseado em Função) com autenticação de múltiplos fatores (MFA).
- Segregação:** Garantia de que setores administrativos (como RH) não tenham acesso a prontuários médicos.
- Monitoramento:** Auditoria de logs e planos de resposta a incidentes de segurança.
- Boas práticas:** Assinatura de termos de confidencialidade.

15. ENCARREGADO DE DADOS (DPO)

Para exercer seus direitos ou esclarecer dúvidas sobre esta Política, entre em contato com nossa Encarregada de Dados:

Encarregada (DPO): Natiele Corrêa Cortez

E-mail: lgp@ibcm.org.br

Canal de Atendimento: Portal de Privacidade disponível em nosso site oficial.

16. ALTERAÇÕES DESTA POLÍTICA



Esta Política de Privacidade poderá ser atualizada periodicamente para refletir mudanças em nossas práticas ou na legislação. Sempre que houver uma alteração relevante, publicaremos um aviso em destaque em nosso site e, quando aplicável, enviaremos uma comunicação direta aos titulares cadastrados.

17. DISPOSIÇÕES GERAIS

Esta Política é regida pelas leis da República Federativa do Brasil. Fica eleito o foro da comarca da sede da Organização para dirimir quaisquer controvérsias oriundas deste documento, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

As informações contidas são de responsabilidade da IBCM.

Publicada em agosto de 2021

Atualizada em: 12 de maio de 2026

Versão 1.5

DOCUMENTO INSTITUCIONAL - USO PÚBLICO